



O QUE AS MULHERES FALAM SOBRE HOMENS E A PATERNIDADE NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR (PIM/RS)

Carin Klein

Meu objetivo neste texto é o de realizar uma breve análise dos sentidos atribuídos, pelas mulheres-mães e visitadoras do Programa Primeira Infância Melhor (PIM/RS) a paternidade,¹ uma vez que eles contribuem para re-atualizar e constituir as relações de gênero no âmbito de políticas públicas de educação em saúde e/ou inclusão social.² Meu estudo insere-se no campo da teorização cultural, principalmente na perspectiva dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, nas vertentes que têm proposto uma aproximação crítica com o Pós-Estruturalismo. Interessa aqui indicar como a paternidade vem sendo significada, sob o enfoque de gênero, a fim de buscar compreender alguns aspectos que diferenciam, definem e hierarquizam as relações entre homens e mulheres. Acredito que um contexto de sociabilidade, como o vivenciado através do PIM, pode sugerir e indicar como ocorrem essas construções para os indivíduos, levando em conta o caráter relacional, dinâmico e histórico da paternidade/maternidade.³

Não é novidade pensarmos nos ensinamentos referentes ao cuidado e a educação das crianças, preconizados através de instituições públicas e privadas, sob a forma de programas, campanhas, manuais, guias, folders, etc., a partir das seguintes equações: mulheres-mães = cuidado/educação/responsabilidade e homens-pais = ausência/desresponsabilização.⁴ Dentre os principais argumentos em torno da primazia do desenvolvimento infantil na primeira infância, defendida pelo PIM, está o investimento na educação das famílias, como fator primordial para a resolução de objetivos sociais (amplos e complexos), tais como: a redução da violência, da vulnerabilidade social e a ampliação da inclusão social.

¹ O PIM, tem como objetivo central orientar “[...] as famílias para o desenvolvimento de atividades adequadas às necessidades e potencialidades de seus filhos no período mais importante da formação das competências familiares: da gestação até os seis anos de idade” (PRIMEIRA...2006b). Está voltado à população com baixa escolaridade e renda, famílias com pouco acesso aos serviços públicos de educação, saúde e saneamento básico que residam em zonas rurais e/ou urbanas consideradas de risco ou em situação de vulnerabilidade social.

² Este trabalho constitui um recorte da tese intitulada: “Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma ‘infância melhor’” que deverá ser defendida em 2010, no PPGEDU-UFRGS. Para tanto, o *corpus* de pesquisa foi produzido a partir de entrevistas com mulheres-mães e visitadoras do Programa Primeira Infância Melhor, bem como, da realização de um diário de campo onde registrava minhas impressões sobre as atividades que acompanhava semanalmente. O trabalho etnográfico ocorreu durante nove meses, em 2007, mediante a implementação desta política pública, no bairro Mathias Velho, em Canoas/RS.

³ A sociabilidade a que me refiro ocorreu a partir da realização de um trabalho etnográfico, onde acompanhei, em 2007, durante nove meses a implementação desta política pública, no bairro Mathias Velho, em Canoas/RS.

⁴ Cf. LYRA et al. 2008; FONSECA, 2009; KLEIN, 2005; MEYER, 2006; THURLER, 2001.



Frente a isso, as famílias têm sido convocadas a incorporar um conjunto amplo de ensinamentos a fim de tornarem-se “competentes” para educar, criar, socializar e cuidar das crianças, isso porque ela está imbricada nos processos de disciplinamento, organização, regulação e controle da população, indicando um lugar privilegiado de investimento e de continuidade do Estado. A articulação que é feita em nossa sociedade, entre família (maternidade/paternidade) e o cumprimento de metas sociais, econômicas e culturais denotam seu caráter de produção, multiplicidade, transformação e mobilidade, devido ao valor que as relações familiares passam a assumir em diferentes épocas e lugares.⁵

Nesse sentido, parto de algumas indagações que talvez não possam ser respondidas nesse momento, mas que se tornam importantes para essa reflexão: Ao tomar a paternidade como uma marca de gênero, quais os sentidos que o PIM (re)atualiza e produz em torno da paternidade? A (in)visibilidade e a (não) participação dos homens-pais poderia ampliar/reduzir as situações de violência e vulnerabilidade? Será que o acréscimo do conceito de gênero pode atuar no sentido de ampliar e (re)configurar os conceitos de paternidade/maternidade preconizadas e vivenciadas no âmbito de programas e políticas públicas de educação e(m) saúde voltada as famílias pobres?⁶

Nos encontros ou “modalidades de atenção” que acompanhei a frequência era maciçamente feminina e os ensinamentos/temas eram dirigidos às mulheres, sobretudo, às mães.⁷ Minha compreensão sobre o que ocorria nos encontros e nas visitas domiciliares⁸ era de que havia um processo de naturalização que tratava de relacionar os cuidados infantis à responsabilização das mulheres. Ao perguntar as visitadoras sobre quem elas tomavam como referência para receber os ensinamentos do PIM, suas respostas se aproximavam do que foi dito por Sonia:

Era sempre com as mães o atendimento, não tinha nenhum pai que eu chegasse e tivesse em casa para me atender, então era mais com a mãe e as crianças, ou com a irmã e as crianças, sempre um responsável junto. **E esse responsável era sempre uma mulher?** Sim, no meu caso era. Eu tinha só um pai que levava às vezes nas oficinas (de 3 a 6 anos) e daí ele participava. **E quando o homem estava em casa?** É, quando é o homem fica

⁵ Este estudo insere-se numa agenda de pesquisa mais ampla, coordenada pela Prof.^a Dagmar Meyer, no contexto da qual se problematizam conhecimentos e práticas produzidas e/ou implementadas nas áreas da Educação e da Saúde e analisam pontos de convergência, regularidades e conflitos constitutivos dos processos de produção de maternidades e paternidades na perspectiva de gênero e sustentam o argumento de que estamos re-vivendo, contemporaneamente, um período de intensa “política do feminino e da maternidade” (MEYER, 2006a).

⁶ Cf. KLEIN e MEYER (2008).

⁷ As “modalidades de atenção” compreendiam: modalidade individual (que ocorre nas residências, com famílias que possuem crianças de 0 a 3 anos), modalidade grupal (ocorre nas escolas ou em centros comunitários com os/as cuidadores/as e as crianças de 3 a 6 anos), visitas de acompanhamento (com as gestantes ou famílias cadastradas que não comparecem aos encontros), reuniões comunitárias com as gestantes e atividade comunitária.

⁸ Ao/a visitador/a cabe atuar diretamente nas comunidades cujas famílias são cadastradas no Programa. Ele/a deve cadastrar, planejar, orientar, desenvolver atividades, elaborar materiais, acompanhar e controlar a qualidade das ações educativas que as famílias devem realizar, através da realização da estimulação “adequada”, visando o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos, desde a gestação. Conhecer a comunidade onde será desenvolvido o Programa, suas características e peculiaridades, passa a ser “imprescindível” para a realização do trabalho. (RGS, 2007d, p. 12).



complicado, porque tu vai entrar dentro da casa, então mexe com outras coisas, outros valores. **Mas, eles não recebiam bem como a mulher?** Não, até recebiam... Tem homem que recebe com respeito e tem homem que recebe já com malícia e aí complica. (visitadora Sonia – 58 anos - 13/07/2007)⁹

Esta fala indica quase uma impossibilidade de compreender os homens-pais como cuidadores, competentes e responsáveis. Atributos como “malícia” tratavam de colocar os homens fora da dimensão do cuidado das crianças, uma vez que “quando é o homem fica complicado”. Ao acompanhar as atividades realizadas através do PIM, pude constatar que diante da ausência materna, geralmente, quem passava a assumir o cuidado das crianças era outra mulher. Tornava-se explícito nos encontros e nas visitas domiciliares, a naturalização da relação feminino - cuidado, tanto que se tornava comum pensar-se no termo – cuidador, no masculino – muito difundido nos documentos,¹⁰ para designar uma prima, vizinha, avó ou uma irmã pré-adolescente e não o homem-pai ou outro homem que também conviva com as crianças.

Desse modo, o cuidado passava a ser significado como um fenômeno natural, intrínseco e relacionado ao feminino, sinalizando a existência de uma generalização sobre o cuidar em nossa cultura, onde a partir do cuidado decretar-se-ia um roteiro diferenciado para homens e mulheres incidindo, respectivamente, na divisão entre o público e o privado. Pode-se pensar que era aguardado das mulheres-mães inserirem-se e aderir a um roteiro de aprendizagens sobre a maternidade que incluíam a sua participação em encontros semanais, visitas domiciliares, idas a postos de saúde, cumprimento de um roteiro de vacinas, realização de consultas médicas periódicas, cadastramento em Programas como o Bolsa Família, etc.

Através das entrevistas com as visitadoras pude perceber que ao dirigirem-se aos homens-pais, enquanto “cuidadores” das crianças, também era preciso ter um “jogo de cintura” mediante o “preconceito” que os homens poderiam vivenciar ao assumir o cuidado/educação das crianças. Vejamos o que Luisa, outra visitadora, diz sobre isso:

No que se refere ao cuidado das crianças, o PIM indica um conjunto de ensinamentos às mulheres-mães. Haveria também um conjunto de ensinamentos voltados aos homens-pais ou companheiros? Comigo não, mas já teve casos de ser o pai, o cuidador, na hora da atividade. Eu acho que não tem muita divisão do que é ser mãe ou ser o pai, porque a mesma atividade que tu vai levar para a mãe realizar, o pai também pode realizar, só às vezes é mais complicado para ti explicar para ele, talvez ele não entenda com tanta clareza como a mãe. **Por que você acha que ele pode não compreender com tanta clareza?** Porque de certa maneira é complicado uma mulher estar entrando na tua casa, uma mulher que tu não conhece, supostamente, que ela vai estar ali 45 minutos passando uma atividade, que ela vai te passando uma atividade para ti fazer com o teu filho, eu acho que a gente tem que ter todo aquele jogo de cintura porque há preconceito, a gente sabe que há muito preconceito, tanto uma mulher (visitadora) atender um homem, quanto um homem (visitador) atender uma mulher, como já aconteceu com os meninos, os visitantes, que no início eles enfrentaram esse

⁹ As perguntas feitas pela pesquisadora estão em negrito e os nomes das/os participantes da pesquisa são fictícios.

¹⁰ Em 2007, foram produzidas versões atualizadas das seguintes cartilhas: Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador (RGS, 2007d), Guia da Gestante para o Visitador (RGS, 2007c), Guia da Gestante (RGS, 2007b) e o Guia da Família (RGS, 2007a).



preconceito, de eles estar indo fazer a visita e não uma mulher, mas eu acho que a partir do momento que tu consegue explicar com clareza o pai também realiza bem as atividades. (visitadora Luisa – 22 anos – 24.07.2007)

Neste excerto, parece que o “complicado” não se refere apenas ao homem inserir-se no processo de aprendizagem dos/as filhos/as, mas sim em pensar numa mulher que, supostamente, ele “não conhece [...] estar ali, 45 minutos passando uma atividade, [...] para [ele] fazer com o filho”. Pode-se apreender que o “preconceito” não reside apenas no homem-pai aprender, com uma mulher estranha, a respectiva atividade para o desenvolvimento infantil, mas em deixar de associar os homens a sexualidade e, conseqüentemente, a possíveis situações de perigo. Aqui, a sexualidade está para os homens, como o cuidado está para as mulheres, afastando decisivamente a paternidade da esfera doméstica, do cuidado e do desenvolvimento infantil, embora até seja admitido pelas visitadoras o caráter de produção cultural da paternidade.

Maria Luiza Heilborn et al.(2006) indica que o exame das relações de gênero permite revelar alguns caminhos pré-estabelecidos que passam a orientar as condutas de homens e mulheres em dinâmicas como: namoro, relações sexuais, contracepção, reprodução, cuidado dos/as filhos/as. Para a autora, há funções que são claramente atribuídas a cada um dos gêneros revelando um cenário que difunde e re-atualiza “o modo como prescrições culturais hegemônicas acerca do gênero modelam a feminilidade em torno da maternidade e, a masculinidade, sob o signo da sexualidade.” (HEILBORN et al. 2006, 37)

Portanto a equação: homens = aprendizagens e cuidados da infância é uma equação quase impensada no âmbito do Programa. Quando pergunto a uma das visitadoras sobre o que ela pensa sobre o desempenho dos visitantes-homens que haviam feito parte do PIM, Goreti respondeu:

Prefiro visitadora mulher. Porque mulher se entende melhor com mulheres. A linguagem entre mulheres é mais fácil e, geralmente, existem mais cuidadores mulheres e aí, o diálogo entre elas fica mais fácil. E, muitas vezes, quando um homem ou o pai acompanha a visita que a mulher está junto, parece que ele assimila melhor a coisa, quando é mulher (visitadora) que está lá visitando a mulher dele. Eu visitadora Goreti tive famílias que me foram passadas que tiveram visitantes homens e eu tive queixas, não digo queixas porque o visitante não prestava, queixa porque o marido não gostava dessa presença masculina na ausência dele muitas vezes. (visitadora Goreti – 47 anos – 10.10.2007)

Ao fazer a mesma pergunta às mulheres-mães, indagando sobre a sua preferência por visitadoras ou visitantes, elas demonstram convergir com o que pensam as visitadoras:

Pra mim tanto faz, mas eu acho que a gente tem mais confiança numa mulher, ela é mais amiga sabe. (Vó Maria – 60 anos)

Mulher, né. Ah, porque a gente tem mais intimidade e homem já fica mais estranho assim. Como a gente vai contar uma coisa só nossas assim, mais nossa mesmo? (Salete – 29 anos)

Mulher. É porque eu nunca tive homem como visitante. Um pouco eu até ia me incomodar dentro de casa. (Laís – 21 anos)



Mulheres-mães e visitadoras falam sobre a sua relação de ensinar e de aprender, indicando a crença na existência de uma espécie de característica intrínseca ao feminino e que as fazem “falar a mesma linguagem”, tornando-as mais “íntimas” e “amigas” umas das outras. Nesse movimento, afasta-se mais uma vez os homens da função de “cuidador” ou visitador e, conseqüentemente, de ser visto como um “amigo” ou alguém responsável, expresso aqui como “de confiança”.

Assim, a masculinidade não pode ser vivida ou demonstrada através da amizade com as mulheres cadastradas no Programa, nem através de uma relação de aprendizagem, onde quem ensina sobre o desenvolvimento infantil são os homens, tampouco, estar legitimado a conhecê-las melhor e conversar sobre as suas “intimidades”. Ao contrário, na esfera do cuidado (dentre outras) os homens, geralmente, são vistos e significados como “estranhos” e, sobretudo, como “perigosos” e, por isso, podem até “incomodar dentro de casa”, exceto aqueles legitimados pelo conhecimento biomédico.

Sigo o argumento de Silvana Goellner (2003, p.28) que trata o corpo como um lugar de inscrição da identidade, “produzido *na e pela* cultura, lócus a partir do qual cada um diz da sua personalidade, virtudes e defeitos”. Tal como a identidade, o corpo é muito mais que uma materialidade biológica, ele revela os sentidos que a ele foram/são atribuídos e que variam de acordo com o tempo, espaços, interesses econômicos, pertencimentos sociais, etc. Ligado a processos de significação, o corpo é uma construção histórica, contingente e fluida, que traz juntamente com esse movimento amplas possibilidades de ruptura, descoberta e desnaturalização. (GOELLNER, 2003).

Com isso, argumento que é através de políticas governamentais, como o PIM, que alguns processos educativos são validados e passam a ter mais visibilidade do que outros. Nessa relação, o corpo passa a funcionar como um local de inscrição da norma, partindo da compreensão de que o corpo, a paternidade e a maternidade não existem pré-discursivamente, mas são “aquilo que é alegadamente representado e realmente ‘produzido’” (MARIANO, 2005, p. 495). Problematizar essa lógica significa romper com um movimento que unifica, padroniza e indica determinados valores, gestos, comportamentos e sentimentos como os mais corretos, saudáveis ou adequados e que passam a organizar, avaliar e hierarquizar a vida social.

O controle do Estado sobre a população (as famílias) pode passar pela delimitação de algumas características e atributos a serem inscritos nos corpos de mulheres e homens a partir de premissas que se articulam com a noção de existência de uma suposta essência masculina ou feminina. Sentimentos e comportamentos sociais apresentados por alguns grupos como os mais



verdadeiros podem se tornar imperativos em políticas e propostas de educação e(m) saúde. As propostas desenvolvidas no âmbito dessas políticas, muitas vezes, passam a fundamentar campanhas e ações educativas e colocam como inerentes aos indivíduos algumas formas de viver e de sentir a maternidade e a paternidade, juntamente, com alguns significados acerca do ser cuidador/a.

As entrevistas nos fazem pensar que é através da maternidade, que as mulheres se tornam o alvo principal de intervenção das políticas públicas contemporâneas, referentes a criação das crianças e a organização familiar. São elas que precisam buscar auxílio, orientação, conhecimento, paciência, não gritar ou bater, cantar, contar histórias, ouvir e praticar o que as visitadoras ensinam, relatar aspectos da saúde e do desenvolvimento infantil, além de organizar a casa, confeccionar brinquedos, cozinhar, priorizar as necessidades das crianças no orçamento doméstico e contribuir, muitas vezes, na complementação de renda para a família. Ao colocar como foco de atenção as crianças e intervir nas relações familiares, por meio de estratégias centradas na interpelação e na educação das mulheres-mães, (re)atualizam-se diferenças e desigualdades de gênero, diferenças essas, culturalmente construídas e organizadas e que pouco contribuem para ampliar o que se denomina como família, maternidade e paternidade. A linguagem produzida no âmbito do PIM atua na produção dos significados sobre o feminino/masculino e opera por meio de uma pedagogia que ensina não apenas através do que se diz sobre a saúde e o cuidado da infância, maternidade/paternidade, etc., mas também através do que silencia e consente.

Durante o trabalho de campo e da discussão acerca do desenvolvimento infantil, a paternidade não esteve relacionada, ou serviu como foco de intervenção. Ao ser abordada foi a partir da ótica feminina que legitimada sob a esfera corporal tratou de justificar a supremacia dada a maternidade (LYRA et al. 1998). Não é à toa, que ao tratar sobre o tema do abandono de bebês na mídia, Ana Liési Thurler (2001) ao analisar matérias jornalísticas, publicadas em jornais de grande circulação diária da capital do país, sinalizou para a visibilidade, responsabilização e culpabilização da mulher-mãe na maioria absoluta das matérias. Quanto a paternidade foram escassas as referências feitas a ela, ficando um tom de complacência, ausência e silenciamento.¹¹ Para essa autora, a “verdade” que é apresentada na mídia, assim como nas políticas públicas, trata de interagir com as relações sociais, podendo manter, questionar ou renovar padrões de comportamento, valores

¹¹ Para a realização desta análise, a autora analisou 77 matérias, publicadas entre 1º de janeiro de 1998 e 30 de junho de 1999. Sobre o tema referente ao abandono de bebês, o *Correio Braziliense* publicou durante este período 50 matérias e o *Jornal de Brasília*, 27 matérias.



e crenças ligados a promoção da (des)igualdade entre homens e mulheres, no espaço doméstico e público.

Quase ao final de um dos encontros comunitários, onde conversávamos sobre a participação dos homens-pais no cuidado infantil e no trabalho doméstico, chegam dois homens na porta da associação, perguntando se suas esposas poderiam participar e se ali ocorria à distribuição de cestas básicas. Explicamos brevemente no que consistia o Programa e da não doação de alimentos. Mesmo assim, convidamos a participarem do que estava sendo abordado:

As mulheres entram acompanhadas de várias crianças pequenas, sentam-se e parecem interessar-se pelo assunto ali abordado. Os homens ficam na porta e dizem que já estiveram ali, num outro dia e que indicaram a participação das mulheres nos encontros. Uma das técnicas do PIM convida-os para entrar e também participar da conversa. Ao darmos continuidade ao assunto, uma daquelas mulheres sorri e conta que ao solicitar a participação do seu marido em casa, ele respondia “Isso é teu serviço”. Um desses homens rebate e diz que desde pequeno, com 8 anos, precisou trabalhar na rua para ajudar a sustentar a casa, não pode estudar e que sua resposta era essa porque aprendeu assim, lá no interior. Outra mulher que participava do encontro disse que quando ela pedia ajuda a seu marido, ele respondia estar cansado e que isso era serviço dela, no que ela respondia que também estava cansada: “pensa que é fácil cuidar de 3 crianças todo o dia e ainda fazer faxina pra fora”, mas agora, ele até ajuda um pouco, mas que ela prefere não brigar por que sabe que não adianta discutir com ele. (Diário de Campo - 22.06.2007)

Embora vários estudos discutam as transformações ocorridas nas relações de gênero e da necessidade de ampliação da participação masculina e paterna no âmbito familiar, constata-se ainda a existência de barreiras culturais, institucionais e individuais por parte de homens e mulheres. Isso significa levar em conta a existência de conflitos e contradições que envolvem a participação masculina neste campo, principalmente, por parte das instituições e políticas governamentais no sentido de apoiar, interagir e alargar as ações e as condições para que os homens possam contribuir efetivamente na arena da saúde sexual, reprodutiva e do cuidado, por exemplo. No que se refere a investir numa paternidade responsável, isso não denota assumir um modelo de família nuclear, mas sim incentivar o seu exercício, independente do vínculo conjugal (LYRA et al. 1998).

Nessa direção, argumento que homens/paternidade podem/devem relacionar-se com funções de educação e “cuidado” e que isso, certamente, trará vantagens para toda a família, inclusive para o desenvolvimento infantil. Mas, para isso é preciso discutir e rever as formas de socialização masculinas e femininas (bem como, a elaboração de campanhas, projetos, políticas governamentais e a organização do currículo) para pensarmos nos homens não restritos apenas à disciplina, sexualidade e ao suporte econômico da família, mas como fonte de amor, cuidado e educação, dinamizando e transformando as relações de gênero.

Se a educação é um lugar onde nos tornamos sujeitos de uma determinada cultura, torna-se importante refletir sobre o lugar dos homens-pais no âmbito das políticas governamentais (de educação, saúde e inclusão social) e da forma que tais processos têm moldado, definido, separado e



limitado algumas formas de convivência. Se os espaços onde fazemos educação oferecem a oportunidade de fixarmos e re-afirmarmos comportamentos e formas de pensar, cuidar, amar, etc., eles ainda podem oportunizar outras e diferentes experiências, ampliando sentidos, observando ausências, ouvindo os silêncios e quem sabe, outras vozes, principalmente, daqueles/as que não estamos acostumados/as a ouvir quando se trata de cuidar e de educar em saúde. Talvez, isso possa alterar não apenas as maneiras de ensinar, mas também em considerarmos a fragmentação e a provisoriidade que envolvem as nossas formas de conhecer e viver.

Referências:

- FONSECA, Claudia. *Algumas questões em torno do “abandono materno”*. Texto apresentado na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul: Diversidade e poder na América Latina. 2009.
- GOELLNER, Silvana. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes. ET AL. (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. RJ: Vozes. 2003.
- HEILBORN, Maria Luiza et al. *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. RJ: Garamond e Fiocruz, 2006.
- KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. *Estudos Feministas*, vol. 13, nº 1, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, 2005, 31-52.
- KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar. Paternidades e maternidades nas propostas do Primeira Infância Melhor. In: STREY, Marlene Neves, et al.(orgs.). *Encenando o Gênero: Cultura, arte e comunicação*. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2008.
- LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana e MEDRADO, Benedito. *Rompendo barreiras culturais, institucionais e individuais no cuidado infantil: pai não é visita! Pelo direito de ser acompanhante*. Texto apresentado no Simpósio Temático – Masculinidades e paternidade: leituras feministas e de gênero. Fazendo Gênero 8: Florianópolis, SC. 2008.
- LYRA, Jorge et al. Papai: uma experiência de ensino, pesquisa e extensão. In: *Cadernos de Extensão*, ano 1, n. 1, dez. 1998. Recife/PE: PROEXT/UFPE, p. 57-66.
- MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. In: *Revista Estudos Feministas*. n. 13 (3), 483-505, 2005.
- MEYER, Dagmar. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*. Niterói, v. 6, n 1, p. 81-104, 2006.
- PRIMEIRA infância agora está na lei. *Correio do Povo*. Geral. p. 07, 04 jul. 2006.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. *Guia da Família*. 2ª. ed. – Porto Alegre: Relâmpago, 2007. 84 p.



_____. Secretaria Estadual da Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. *Guia da Gestante*. 2ª. ed. - Porto Alegre: Relâmpago, 2007. 46 p.

_____. Secretaria Estadual da Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. *Guia da Gestante para o Visitador* – Porto Alegre: Relâmpago, 2007. 75 p.

_____. Secretaria Estadual da Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. *Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador. Contribuições para políticas na área do desenvolvimento infantil* – Porto Alegre: Relâmpago, 2007. 70 p.

THURLER, Ana Liési. Feitos & desfeitos, mulheres na mídia: fabricação de “verdades” e violência de gênero. *Observatório da imprensa*. Matérias. 13/06/2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/fd130620011p.htm>> Acesso em: 31/07/2009.